



Documento Assinado Digitalmente por: JOSE WILSON FERREIRA DE LIMA, JAIRO PEREIRA DA LUZ
Acesse em: <https://stc.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 4b80c064-e90a-478b-a702-10f47eb31a86



SÃO JOÃO
UM RUMO NOVO COM
A FORÇA DO POVO

Balanço Patrimonial do Município

Demonstrações Contábeis Consolidadas

BPM
2022

Publicado em março de 2023





Documento Assinado Digitalmente por: JOSE WILSON FERREIRA DELIMA, JAIRO PEREIRA DA LUZ
Acesse em: <https://eccc.ice.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 4b80c064-e90a-478b-a702-0747e6511a86

BPM
2022

Balanço Patrimonial do Município
Demonstrações Contábeis Consolidadas

Órgão Central de Contabilidade Municipal

Publicado em março de 2023





APRESENTAÇÃO

O Balanço Patrimonial do Município (BPM) foi elaborado em conformidade com o Anexo 14 da Lei Federal nº 4.320/64, sendo posteriormente atualizado pela Portaria STN nº 438, de 16 de julho de 2012.

As orientações de preenchimento foram estabelecidas pela 9ª edição do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), conforme Portaria STN nº 1.131/2021, bem como da Instrução de Procedimentos Contábeis (IPC) nº 04.

Os fenômenos contábeis de natureza orçamentária, patrimonial e de controle utilizados na elaboração deste balanço sofreram interferência de maneira subsidiária pelas normas brasileiras e internacionais de contabilidade aplicadas ao setor público, editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade e pela *International Federation of Accountants (IFAC)*, respectivamente.

As operações que deram suporte ao levantamento deste balanço foram registradas em sistemas informatizados em partidas dobradas os quais atendem ao padrão mínimo exigido pelo Decreto Federal nº 10.540 de 05 de novembro de 2020. Tais operações foram realizadas durante o ano por servidores municipais efetivos e comissionados, supervisionados pelos diretores de contabilidade dentro de suas respectivas repartições, com suporte orientativo do Centro de Estudos, Pesquisa e Assessoria em Administração Municipal Ltda (CESPAM).

O Balanço Patrimonial do Município (BPM), é a demonstração contábil que evidencia, qualitativamente e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais, que serão registrados em contas de compensação ou controle, além de apresentar quadro específico para aferição dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes e quadro específico para apuração do Superávit Financeiro por fonte de recurso.

Integra-se ao balanço as notas explicativas, elaboradas em conformidade com o MCASP e item 6 da Resolução TCE-PE nº 190, de 14 de dezembro de 2022, conforme anexos X e XIII, além de apresentar o Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PIPACP) com seus respectivos prazos de adesão.

Para melhor compreensão por parte dos usuários da informação contábil, foram feitos ajustes na estrutura do balanço para atender as exigências do Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) criado pelo TCE-PE, dentre elas a utilização de referências cruzadas e das siglas “P” ou “F” relativo aos atributos “Permanente” e “Financeiro”.

Expirados os prazos de vigência de decretos declaratórios de estado de calamidade pública, as atividades relacionadas com a atuação do Poder Executivo Municipal abrangidas pela gestão fiscal retornam ao pleno vigor. São exigidas ações planejadas e transparentes, metas a serem cumpridas e obediência a índices e percentuais obrigatórios, estabelecidos pelo art. 212 da Constituição da República e pelas Leis Complementares nº 101/2000 e nº 141/2012.

O saldo patrimonial ao final do exercício foi de R\$ 171.316.903,82 (deficitário). Para efeito de levantamento do cálculo do Superávit Financeiro para o exercício seguinte, definido no §2º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320/64, consta ao final do balanço patrimonial no Quadro de Superávit/Déficit Financeiro o valor total de R\$ - 1.182.488,24, os quais serão detalhados nas notas explicativas.

A seguir será apresentado o balanço patrimonial na íntegra e na sequência as Notas Explicativas.

JOSE WILSON
FERREIRA DE
LIMA:62365851487

Assinado de forma digital por
JOSE WILSON FERREIRA DE
LIMA:62365851487
Data: 2023.03.30 12:22:03
-03'00"

JOSÉ WILSON FERREIRA DE LIMA

Prefeito

Assinado de forma digital
por JAIRO PEREIRA DA
LUZ:06289356410
Data: 2023.03.30
12:22:26 -03'00"

JAIRO PEREIRA DA LUZ
Contador





Documento Assinado Digitalmente por: JOSE WILSON FERREIRA DELIMA, JAIRO PEREIRA DA LUZ
Acesse em: <https://etce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 4b80c064-e90a-478b-a702-10f47eb31a86

BPM
2022

Balanço Patrimonial do Município

Demonstrações Contábeis Consolidadas



Anexo 14 da Lei Nº 4.320/64 - Balanço Patrimonial

Valores em R\$ - Período: 01/01/2022 até 31/12/2022

Despesa realizada: Empenhada

Ativo			Passivo		
Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior	Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior
Ativo Circulante (Nota 1)	10.801.436,16	11.769.961,57	Passivo Circulante (Nota 13)	9.952.384,86	9.053.726,84
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 2)	(F) 1.422.902,36	4.724.031,53	Obrigações trabalhistas, prev. e assist. a pagar a curto prazo (Nota 14)	(F) 3.578.692,35	3.813.299,40
Créditos a curto prazo (Nota 3)	(P) 240.394,33	225.231,15	Empréstimos e financiamentos a curto prazo (Nota 15)	0,00	0,00
Créditos tributários a receber	0,00	0,00	Fornecedores e contas a pagar a curto prazo (Nota 16)	(F) 2.124.555,64	2.090.289,20
Cientes	0,00	0,00	Obrigações fiscais a curto prazo	0,00	0,00
Créditos de transferências a receber	(P) 196.762,48	225.231,15	Transferências fiscais a curto prazo	0,00	0,00
Empréstimos e financiamentos concedidos	0,00	0,00	Provisões a curto prazo (Nota 17)	0,00	0,00
Dívida ativa tributária	(P) 87.000,00	0,00	Demais obrigações a curto prazo (Nota 18)	(F) 4.249.136,87	3.150.138,24
Dívida ativa não tributária	0,00	0,00	Passivo não Circulante (Nota 19)	194.875.732,04	168.125.430,85
(-) Ajuste de perdas de créditos a curto prazo (Nota 4)	(P) -43.368,15	0,00	Obrigações trabalhistas, prev. e assist. a pagar a longo prazo (Nota 20)	(P) 1.990.310,99	8.299.160,62
Demais créditos e valores a curto prazo (Nota 5)	(P) (F) 9.105.507,48	6.649.644,94	Empréstimos e financiamentos a longo prazo (Nota 21)	0,00	0,00
Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo (Nota 6)	(F) 32.631,99	171.053,95	Fornecedores e contas a pagar a longo prazo (Nota 22)	(P) 96.928,41	221.897,93
Estoques (Nota 7)	0,00	0,00	Obrigações fiscais a longo prazo	0,00	0,00
Ativo não circulante mantido para venda	0,00	0,00	Transferências Fiscais a Longo Prazo	0,00	0,00
Ativo biológico	0,00	0,00	Provisões a longo prazo (Nota 23)	(P) 192.788.492,64	159.604.372,30
Variações patrimoniais diminutivas pagas antecipadamente	0,00	0,00	Demais obrigações a longo prazo (Nota 24)	0,00	0,00
Ativo não Circulante (Nota 8)	22.726.178,75	18.545.883,70	Resultado diferido	0,00	0,00
Ativo realizável a longo prazo	(P) 3.744.981,28	3.434.217,79	TOTAL DO PASSIVO	204.828.116,90	177.179.157,69
Créditos a longo prazo (Nota 9)	(P) 978.746,93	888.306,85			
Créditos tributários a receber	0,00	0,00	Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior
Cientes	0,00	0,00	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Empréstimos e financiamentos concedidos	0,00	0,00	Patrimônio social/capital social	0,00	0,00
Dívida ativa tributária	(P) 3.882.336,65	3.835.264,72	Adiantamento para futuro aumento de capital	0,00	0,00
Dívida ativa não tributária	0,00	0,00	Reservas de capital	0,00	0,00
(-) Ajuste de perdas de créditos a longo prazo (Nota 10)	(P) -2.903.589,72	-2.946.957,87	Ajustes de avaliação patrimonial	0,00	0,00
Demais créditos e valores a longo prazo	2.766.234,35	2.545.910,94	Reservas de lucros	0,00	0,00
Investimentos e aplicações temporárias a longo prazo	0,00	0,00	Demais reservas	0,00	0,00
Estoques	0,00	0,00	Resultado acumulado	-171.300.501,99	-146.863.312,42
Variações patrimoniais diminutivas pagas antecipadamente	0,00	0,00	Resultado do exercício	(P) -24.437.189,57	-48.341.688,01
Investimentos	0,00	0,00	Resultado de exercícios anteriores	(P) -146.863.312,42	-98.521.624,41
Participações permanentes	0,00	0,00	Ajustes de exercícios anteriores	0,00	0,00
Avaliadas pelo método de equivalência	0,00	0,00	Outros resultados	0,00	0,00
Avaliadas pelo método de custo	0,00	0,00	Ações/Cotas em tesouraria	0,00	0,00
(-) Redução ao valor recuperável	0,00	0,00	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 25)	-171.300.501,99	-146.863.312,42
Propriedades para investimentos	0,00	0,00			
(-) Depreciação acumulada	0,00	0,00			
(-) Redução ao valor recuperável	0,00	0,00			
Investimentos do RPPS de longo prazo	0,00	0,00			
(-) Redução ao valor recuperável de propriedades	0,00	0,00			
Demais investimentos permanentes	0,00	0,00			
(-) Redução ao valor recuperável	0,00	0,00			



**Anexo 14 da Lei Nº 4.320/64 - Balanço Patrimonial**

Valores em R\$ - Período: 01/01/2022 até 31/12/2022

Despesa realizada: Empenhada

Ativo			Passivo		
Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior	Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior
Imobilizado (Nota 11)	18.981.197,47	15.111.665,91			
Bens móveis	(P) 9.656.964,86	8.276.527,66			
(-) Deprec./Amort./Exaustão acumulada bens móveis	-882.982,25	-882.982,25			
(-) Redução ao valor recuperável de bens móveis	0,00	0,00			
Bens imóveis	(P) 10.207.214,86	7.718.120,50			
(-) Deprec./Amort./Exaustão acumulada bens imóveis	0,00	0,00			
(-) Redução ao valor recuperável de bens imóveis	0,00	0,00			
Intangível (Nota 12)	0,00	0,00			
Softwares	0,00	0,00			
(-) Amortização acumulada	0,00	0,00			
(-) Redução ao valor recuperável de intangível	0,00	0,00			
Marcas, direitos e patentes industriais	0,00	0,00			
(-) Amortização acumulada	0,00	0,00			
(-) Redução ao valor recuperável de intangível	0,00	0,00			
Direito de uso de imóveis	0,00	0,00			
(-) Amortização acumulada	0,00	0,00			
(-) Redução ao valor recuperável de intangível	0,00	0,00			
TOTAL	33.527.614,91	30.315.845,27	TOTAL	33.527.614,91	30.315.845,27

ATIVO FINANCEIRO (Nota 26)	8.786.298,45	8.075.021,94	PASSIVO FINANCEIRO (Nota 28)	9.968.786,69	9.070.128,67
ATIVO PERMANENTE (Nota 27)	24.741.316,46	22.240.823,33	PASSIVO PERMANENTE (Nota 29)	194.875.732,04	168.125.430,85
SALDO PATRIMONIAL (Nota 30)				-171.316.903,82	-146.879.714,25

COMPENSAÇÕES

Especificação Saldo dos atos potenciais do ativo	Exercício Atual	Exercício Anterior	Especificação Saldo dos atos potenciais do passivo (Nota 31)	Exercício Atual	Exercício Anterior
Execução dos atos potenciais ativos	3.355.408,19	3.085.488,54	Execução dos atos potenciais passivos	4.185.340,00	11.160.478,96
Garantias e contragarantias recebidas a executar	0,00	0,00	Garantias e contragarantias concedidas a executar	0,00	0,00
Direitos conveniados e outros instrumentos	0,00	0,00	Obrigações conveniadas e outros instrumentos	0,00	0,00
Direitos contratuais	3.355.408,19	3.085.488,54	Obrigações contratuais	4.185.340,00	11.160.478,96
Demandas judiciais	0,00	0,00	Demandas judiciais	0,00	0,00
Outros aportes potenciais ativos	0,00	0,00	Outros aportes potenciais passivos	0,00	0,00
TOTAL	3.355.408,19	3.085.488,54	TOTAL	4.185.340,00	11.160.478,96





Anexo 14 da Lei Nº 4.320/64 - Balanço Patrimonial

FONTE	SUPERÁVIT / DÉFICIT FINANCEIRO LEI 4.320/64 (Nota 32)	Exercício Atual	Exercício Anterior
00 - RECURSOS ORDINÁRIOS		1.309.214,10	-1.634.354,13
01 - RECEITAS IMPOSTOS TRANSF DE IMPOSTOS - EDUCAÇÃO		-118.318,72	-83.276,67
02 - RECEITAS IMPOSTOS TRANSF DE IMPOSTOS - SAÚDE		-777.520,52	101.389,28
03 - CONTRIBUIÇÃO PARA FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - RPPS (PATRONAL, SERVIDORES E COMPENSAÇÃO FINANCEIRA)		-514.400,40	155.403,03
18 - Transferências do FUNDEB - (aplicação na remuneração dos profissionais da Educação Básica em efetivo exercício – mínimo 70%)		-943.854,62	-942.586,93
19 - TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB - (APLICAÇÃO EM OUTRAS DESPESAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA)		-1.986.376,62	-1.844.754,01
20 - Transferências da complementação da União ao FUNDEB - VAAT		-6.360,29	0,00
32 - TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS - UNIÃO/EDUCAÇÃO		375,93	72,39
33 - TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS - UNIÃO/SAÚDE		-8.231,13	-8.231,13
34 - TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS - UNIÃO/OUTROS (NÃO RELACIONADOS À EDUCAÇÃO/SAÚDE/ASSISTÊNCIA SOCIAL)		979.869,45	1.068.411,38
35 - TRANSF SISTEMA ÚNICO ASSIST SOCIAL - SUAS/UNIÃO		247.934,26	364.640,64
36 - SALÁRIO-EDUCAÇÃO		-75.601,28	51.439,65
37 - OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FNDE (NÃO REPASSADAS POR MEIO DE CONVÊNIOS)		91.977,56	303.279,12
38 - TRANSFERÊNCIAS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS/UNIÃO		822.437,89	1.101.551,39
56 - Auxílio Financeiro – Outorga Crédito Tributário ICMS – Art. 5º, Inciso V, EC nº 123/2022		9.015,88	0,00
61 - Transferências Voluntárias – Estado/Assistência Social		0,00	37.158,40
62 - Transferências Voluntárias – Estado/Educação		28.389,26	148.628,97
65 - TRANSF SISTEMA ÚNICO ASSIST SOCIAL - SUAS/ESTADO		-255.348,11	0,00
67 - TRANSFERÊNCIAS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS/ESTADO		14.309,12	188.616,95
68 - OUTRAS TRANSFERÊNCIAS LEGAIS E CONSTITUCIONAIS - ESTADO		0,00	-2.495,06
TOTAL		-1.182.488,24	-995.106,73

Nota: Considerados os valores intra-orçamentários

Entidades Consolidadas: Prefeitura Municipal de São João, Fundo Municipal de Assistência Social de São João, Fundo Municipal de Saúde de São João, Fundo Municipal de Educação de São João, Instituto de Previdência do Município de São João, Câmara Municipal de São João, Fundo Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente de São João

JOSE WILSON FERREIRA DE LIMA:62365851487
 Assinado de forma digital por JOSE WILSON FERREIRA DE LIMA:62365851487
 Dados: 2023.03.30 12:23:35 -03'00'

JAIRO PEREIRA DA LUZ:06289356410
 Assinado de forma digital por JAIRO PEREIRA DA LUZ:06289356410
 Dados: 2023.03.30 12:23:54 -03'00'



BALANÇO PATRIMONIAL DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO

Demonstrações Contábeis Consolidadas



NOTAS EXPLICATIVAS

(De acordo com o item 6 e Anexos X e XIII da Resolução TCE-PE nº 190, de 14 de dezembro de 2022)

(ANEXO 14 – BALANÇO PATRIMONIAL DA LEI Nº 4.320/64 – MCASP)

a) INFORMAÇÕES GERAIS:

a.1. Nome do órgão ou entidade responsável pela consolidação: Prefeitura Municipal de São João.
a.2. Natureza jurídica (conforme código da RFB): 124-4 - Município.
a.3. Domicílio do órgão ou entidade: Rua Augusto Peixoto, nº S/N – Bairro: Centro – Cidade: São João – Pernambuco – CEP: 56.435-000.
a.4. Natureza das operações e principais atividades do órgão ou entidade consolidadora: A Prefeitura Municipal concebida quanto a natureza jurídica perante a Receita Federal do Brasil através do código 124-4 “Município” possui como atividade principal “a administração pública geral”. Tem como atividade principal a manutenção das ações e serviços públicos municipais, bem como a realização de investimentos necessários no serviço público e infraestrutura urbana. Para tanto, em sua estrutura constam secretarias, departamentos, fundos especiais, entre outros órgãos da administração direta e indireta. A natureza de suas operações deriva da arrecadação de tributos e demais receitas correntes, como as transferências constitucionais e legais, além de repasses dos governos estadual e federal através dos repasses fundo a fundo ou de convênios (receitas de capital). A Câmara de Vereadores se mantém através de transferências financeiras feitas pelo município até o dia 20 de cada mês chamado de “Duodécimo”.
a.5. Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis: Este balanço foi elaborado de acordo com a estrutura definida no Anexo 14 da Lei Federal nº 4.320/64, atualizado pelas portarias STN nº 438/2012 e nº 1.131/2021, que estabeleceu o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 9ª Edição, bem como orientações das Instruções de Procedimentos Contábeis (IPC) nº 04. Os registros contábeis estão aderentes as regras estabelecidas na Portaria Conjunta STN/SOF/ME nº 117, de 28 de outubro de 2021, Portaria Conjunta STN/SPREV/ME/MTP nº 119, de 04 de novembro de 2021 e Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), com destaque para a NBC TSP Estrutura Conceitual e NBC TSP nº 11 - Apresentação das Demonstrações Contábeis. As situações contábeis não previstas na legislação e nas normas de contabilidade foram tratadas segundo as regras do <i>International Federation of Accountants (IFAC)</i> através das <i>International Public Sector Accounting Standards (IPSAS)</i> das quais destacamos as de número 1 e 35. Quanto aos aspectos de escrituração e consolidação das contas este demonstrativo atende as exigências contidas no art. 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Por fim, declaramos que este demonstrativo atende as exigências normativas e legais estabelecidas para a contabilidade aplicada ao setor público e está aderente as regras estabelecidas pelo Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do TCE-PE e Índice de Qualidade da Informação Contábil da STN.
a.6. Abrangência de Entidades na Consolidação das Demonstrações Contábeis: A consolidação desta demonstração contábil abrange o Poder Legislativo e Executivo, bem como os órgãos da administração direta e indireta, incluindo os fundos, autarquias, fundações e empresas estatais dependentes, caso existam, conforme relação a seguir: <ol style="list-style-type: none">1) Câmara Municipal de Vereadores;2) Prefeitura Municipal;3) Fundo Municipal de Saúde (FMS);4) Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS);5) Fundo Municipal de Educação (FME);6) Fundo Municipal de Defesa da Criança e ao Adolescente (FUNDECA);7) Instituto de Previdência Própria dos Servidores Municipais de São João (IPREVIS).

b) RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS:

b.1. Resumo das políticas contábeis significativas: A seguir serão apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito do município, que afetaram a elaboração especificamente do Balanço Patrimonial, tendo em consideração que as opções e premissas da legislação afetam a contabilidade aplicada ao setor público.
b.2. Bases de mensuração utilizadas e demais informações pertinentes: <ul style="list-style-type: none">▪ O Balanço Patrimonial foi elaborado seguindo o regime de competência, exceto para as contas de controle por sua natureza gerencial.▪ A moeda funcional do município é o real (R\$). Não houve registros em moedas estrangeiras que viessem a ser convertidas para a moeda funcional vigente.▪ Não houve nenhum registro contábil resultante de empreendimentos de coligadas ou controladas que viesse a utilizar o método da equivalência patrimonial.▪ O quadro principal do Balanço Patrimonial foi elaborado utilizando-se a classe 1 (Ativo) e a classe 2 (Passivo e Patrimônio Líquido) do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, em contas sintéticas até no mínimo o 3º nível (subgrupo).▪ A apresentação de ativos e passivos está segregada em circulante e não circulante em atendimento as exigências da NBC TSP nº 11.

Documento Assinado Digitalmente por: JOSE WILSON FERREIRA DELIMA, JAIRO PEREIRA DA LUZ
Asses em: https://tce-pe.gov.br/ppp/validarDoc.aspx?Codigo=documento=4b80c064-e90a-478b-4702-10f47eb31486

BALANÇO PATRIMONIAL DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO
Demonstrações Contábeis Consolidadas



NOTAS EXPLICATIVAS

(De acordo com o item 6 e Anexos X e XIII da Resolução TCE-PE nº 190, de 14 de dezembro de 2022)

- Quanto a base temporal para definição de circulante e não circulante, utilizou-se os seguintes critérios: a) para ativos circulantes, quando se espera que sejam realizados até 12 meses após a data das demonstrações contábeis; b) para ativos não circulantes, todos os ativos que não se enquadrem na classificação anterior (a); c) para passivo circulante, para passivos que devem ser pagos no período de até doze meses após a data das demonstrações contábeis; e d) para o passivo não circulante, todos os demais passivos que não se enquadrem na classificação anterior (c).
- As contas patrimoniais estão destacadas com a sigla (F), para “Financeiro”, e (P), para “Permanente”, conforme regras estabelecidas no MCASP e em atendimento as exigências previstas na Resolução TCE-PE nº 190/2022.
- Em algumas situações poderão estar registrados no caixa e equivalentes de caixa, valores no grupo “depósitos restituíveis”, que são ativos financeiros de natureza extraorçamentária e que representam entradas transitórias do atributo “F” de financeiro. Poderá a equipe contábil, analisado cada caso, e decorrente do prazo de realização destes valores, proceder os lançamentos de ajustes do curto para o longo prazo, alterando o atributo das contas para “P” de permanente, sempre utilizando variações patrimoniais aumentativas e diminutivas, ao tempo que não prejudica o resultado do exercício.
- Os atos potenciais passivos inerentes aos contratos a executar, foram estruturadas no PCASP a nível de item e subitem (7º e 8º níveis).
- O quadro de superávit e déficit financeiro, apurado conforme regras do §2º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320/64, foi estruturado com base nas contas do nível PCASP 8.2.1.1.1.00.00 - Disponibilidade por Destinação de Recursos (DDR), segregado por fonte/destinação seguinte a padrão próprio detalhado a seguir:

Fonte	Código/Descrição da Fonte/Destinação de Recursos	Exercício Atual	Exercício Anterior
	SUPERÁVIT / DÉFICIT FINANCEIRO LEI 4.320/64 (Nota 32)		
00 - RECURSOS ORDINÁRIOS		1.309.214,10	-1.634.354,13
01 - RECEITAS IMPOSTOS TRANSF DE IMPOSTOS - EDUCAÇÃO		-118.319,72	-83.276,67
02 - RECEITAS IMPOSTOS TRANSF DE IMPOSTOS - SAÚDE		-777.520,53	101.395,28
03 - CONTRIBUIÇÃO PARA FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - RPPS (PATRONAL, SERVIDORES E COMPENSAÇÃO FINANCEIRA)		-934.406,40	155.403,63
18 - Transferências do FUNDEB - (aplicação na remuneração dos profissionais da Educação Básica em efetivo exercício - mínimo 70%)		-943.854,62	-942.586,93
19 - TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB - (APLICAÇÃO EM OUTRAS DESPESAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA)		-1.986.376,62	-1.844.754,01
20 - Transferências de complementação da União ao FUNDEB - VAAT		-6.340,29	0,00
32 - TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO - UNIÃO/EDUCAÇÃO		375,93	72,39
33 - TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO - UNIÃO/SAÚDE		-8.231,13	-8.231,13
34 - TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO - UNIÃO/OUTROS (NÃO RELACIONADOS À EDUCAÇÃO/SAÚDE/ASSISTÊNCIA SOCIAL)		979.869,45	1.068.411,38
35 - TRANSF SISTEMA ÚNICO ASSIST SOCIAL - SUAS/UNIÃO		247.934,26	364.640,64
36 - SALÁRIO-EDUCAÇÃO		-75.601,28	51.439,65
37 - OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FNDE (NÃO REPASSADAS POR MEIO DE CONVÊNIO)		91.977,56	303.279,12
38 - TRANSFERÊNCIAS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS/UNIÃO		822.437,89	1.101.551,39
56 - Auxílio Financeiro - Outorga Crédito Tributário ICMS - Art. 5º, Inciso V, EC nº 123/2022		9.015,88	0,00
61 - Transferências Voluntárias - Estado/Assistência Social		0,00	37.158,40
62 - Transferências Voluntárias - Estado/Educação		28.389,26	148.628,97
65 - TRANSF SISTEMA ÚNICO ASSIST SOCIAL - SUAS/ESTADO		-255.348,11	0,00
67 - TRANSFERÊNCIAS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS/ESTADO		14.309,12	188.616,95
68 - OUTRAS TRANSFERÊNCIAS LEGAIS E CONSTITUCIONAIS - ESTADO		0,00	-2.495,06
TOTAL		-1.182.488,24	-995.106,73

- Em atendimento a Nota 1 “a” do Anexo I da Resolução TCE-PE nº 190/2022, durante a consolidação das demonstrações contábeis das entidades separadas foi considerado o 5º nível igual a 2, do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP). Contudo, para efeito de consolidação não deverão ser excluídas as transações recíprocas de natureza intraorçamentária. Desta forma, os dados foram somados ou agregados, conforme determinação do TCE-PE, embora tenham reflexo contrário em relação a orientação do item 3.2.3 à página 442 da 9ª edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.
- As retenções são consideradas como pagas no momento do pagamento, em contrapartida com contas do grupo extraorçamentários e apropriadas orçamentariamente para cada caso, não implicando em interferência no saldo em espécie que necessitem de eventuais ajustes.
- Não houve ganhos ou perdas durante o exercício decorrentes da alienação de ativos ou pagamento de passivos.
- A maior parte dos elementos patrimoniais foi mensurado pelo valor de custo, sendo excepcionalmente aplicados outros modelos de quantificação, detalhados no decorrer desta nota explicativa, principalmente quanto ao controle do imobilizado (custo ou reavaliação).
- As contas intituladas no grupo “Caixa e equivalentes de caixa” são mensuradas e avaliadas pelo valor de custo, e quando estes recursos são aplicados, são acrescidos os rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.
- As contas intituladas no grupo “Créditos e valores a curto prazo” são mensuradas e avaliadas pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros, quando aplicável. É registrado também o ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber, destacados a seguir.
- O ajuste para perdas dos “Créditos tributários” foi mensurado contabilmente com base no percentual de perda calculado sobre o saldo do estoque da dívida ativa nos últimos três exercícios tendo como base o dia 01 de janeiro de cada ano, em comparação com o valor efetivamente arrecadado até o dia 31 de dezembro de cada ano, o qual apresentará o percentual de efetividade de arrecadação e de perda. Desta forma, ao se identificar o percentual de perda de arrecadação é realizado lançamento em conta retificadora de ativo do montante provável de insucesso de arrecadação. Foram feitos ajustes para o curto prazo com base na expectativa de recebimento até 12 meses após o levantamento deste balanço, restando seu saldo residual no ativo não circulante.
- As contas intituladas no grupo “Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo” são avaliadas e mensuradas pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidas dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. Quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas de tais ativos.
- Até a data de fechamento deste balanço, não foram disponibilizados a esta contabilidade, as informações relativas ao estoque, ficando o tratamento contábil dado mensalmente ao material de consumo (elemento 3.3.90.30), registrado diretamente numa

Documento Assinado Digitalmente por: JOSE WILSON FERREIRA DELIMA, JAIRO PEREIRA DA LUZ
Asses em: https://eccc.tce-pe.gov.br/pp/validaDoc.aspx?codigo_documento=4b80c064e90a478b-a702-10f47eb31486

BALANÇO PATRIMONIAL DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO

Demonstrações Contábeis Consolidadas



NOTAS EXPLICATIVAS

(De acordo com o item 6 e Anexos X e XIII da Resolução TCE-PE nº 190, de 14 de dezembro de 2022)

variação patrimonial diminutiva. O setor contábil informou ao controle interno a situação para que adote as medidas necessárias para sanar a questão.

- As contas intituladas no grupo “Imobilizado” foram reconhecidas inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando possuírem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período. O setor de patrimônio do município não disponibilizou até o fechamento deste balanço as informações sintéticas do imobilizado, inclusive com os valores relativos à depreciação, amortização e/ou exaustão, os valores da redução ao valor recuperável (*impairment*) e possíveis reavaliações. Quando estas informações não são disponibilizadas ao setor contábil de forma tempestiva o imobilizado apresenta aumento de valor patrimonial sem os devidos ajustes determinados pelos normativos contábeis. O setor contábil informou ao controle interno a situação para que adote as medidas necessárias para sanar a questão.
- As contas classificadas no grupo “Intangível”, foram parametrizadas no sistema contábil para serem mensuradas ou avaliadas com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando possuírem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*). No entanto, tais práticas contábeis ainda não estão profundamente adotadas, conforme prazos do PIPCP, especialmente o registro de amortização e redução ao valor recuperável do intangível.
- As contas classificadas no grupo “Empréstimos e financiamentos”, foram avaliadas observando-se o seguinte critério: pelo valor a pagar ao final do período, incluindo os deságios, juros e encargos por competência devidos até o fechamento do exercício;
- Em atendimento as exigências previstas na Portaria MP nº 509/2013, as contas classificadas como “Provisões Matemáticas Previdenciárias”, foram classificadas no PCASP em grupos específicos, estendidos até o 7º nível, e seguindo as orientações do IPC nº 00, dentre os quais a mensuração a valor presente. Estes registros intitulados de “passivos atuariais”, referentes ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), foram classificados no Passivo Não Circulante, baseados nos cálculos e projeções realizadas pelo Atuário Sr.: Havila Donnelly, MIBA nº 1.226. Estas informações foram extraídas do cálculo atuarial Ano Base: 2023, Data Base: 31/12/2022, seguindo os critérios destacados na Nota 23 das referências cruzadas do Passivo Não Circulante constante nesta nota explicativa.

b.3. Termos e Definições correlatos ao Balanço Patrimonial:

Ativo Circulante

Compreende os ativos que satisfazem os seguintes critérios: a) espera-se que esse ativo seja realizado, ou pretende-se que seja mantido com o propósito de ser vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade; b) o ativo está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado; c) espera-se que o ativo seja realizado até doze meses após a data das demonstrações contábeis; e d) o ativo seja caixa ou equivalente de caixa, a menos que sua troca ou uso para pagamento de passivo se encontre vedada durante pelo menos doze meses após a data das demonstrações contábeis.

Caixa e Equivalentes de Caixa

Compreende o somatório dos valores em caixa e em bancos, bem como equivalentes, que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da entidade e para os quais não haja restrições para uso imediato.

Créditos a Curto Prazo

Compreende os valores a receber por fornecimento de bens, serviços, créditos tributários, dívida ativa, transferências e empréstimos e financiamentos concedidos realizáveis até doze meses da data das demonstrações contábeis.

Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo

Compreendem as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não façam parte das atividades operacionais da entidade, resgatáveis no curto prazo, além das aplicações temporárias em metais preciosos.

Estoques

Compreende o valor dos bens adquiridos, produzidos ou em processo de elaboração pela entidade com o objetivo de venda ou utilização própria no curso normal das atividades.

Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD) Pagas Antecipadamente

Compreende pagamentos de variações patrimoniais diminutivas (VPD) de forma antecipada, cujos benefícios ou prestação de serviço à entidade ocorrerão no futuro.

Ativo Não Circulante

Compreende os todos os ativos não classificados como circulantes. Integram o ativo não circulante: o ativo realizável a longo prazo, os investimentos, o imobilizado, o intangível e eventual saldo a amortizar do ativo diferido.

Realizável a Longo Prazo

Compreende os bens, direitos e despesas (VPD) antecipadas realizáveis no longo prazo.

Investimentos

Compreende as participações permanentes em outras sociedades, bem como os bens e direitos não classificáveis no ativo circulante nem no ativo realizável a longo prazo e que não se destinem a manutenção da atividade da entidade.

Imobilizado

Compreende os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados a manutenção das atividades da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram a ela os benefícios, os riscos e o controle desses bens.

Intangível

Documento Assinado Digitalmente por: JOSE WILSON FERREIRA DELIMA, JAIRO PEREIRA DA LUZ
Assesse em: https://eccc.tce-pe.gov.br/epp/validaDoc.scam?codigo_documento=4b80c064e90a478b-702-10f47cb31a86

BALANÇO PATRIMONIAL DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO
Demonstrações Contábeis Consolidadas



NOTAS EXPLICATIVAS

(De acordo com o item 6 e Anexos X e XIII da Resolução TCE-PE nº 190, de 14 de dezembro de 2022)

Compreende os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados a manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade.

Passivo Circulante

Compreende os passivos que atendem aos seguintes critérios: a) tenham prazos estabelecidos ou esperados dentro do ciclo operacional da entidade; b) sejam mantidos primariamente para negociação; tenham prazos estabelecidos ou esperados no curto prazo; c) sejam valores de terceiros ou retenções em nome deles, quando a entidade do setor público for fiel depositária, independentemente do prazo de exigibilidade.

Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo

Compreende as obrigações referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios aos quais o empregado ou servidor tenha direito, aposentadorias, reformas, pensões e encargos a pagar, benefícios assistenciais, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo.

Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo

Compreende as obrigações financeiras externas e internas da entidade a título de empréstimos, bem como as aquisições efetuadas diretamente com o fornecedor, com vencimentos no curto prazo.

Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo

Compreende as obrigações junto a fornecedores de matérias-primas, mercadorias e outros materiais utilizados nas atividades operacionais da entidade, bem como as obrigações decorrentes do fornecimento de utilidades e da prestação de serviços, tais como de energia elétrica, água, telefone, propaganda, aluguéis e todas as outras contas a pagar, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo.

Obrigações Fiscais a Curto Prazo

Compreende as obrigações das entidades com o governo relativas a impostos, taxas e contribuições com vencimento no curto prazo.

Obrigações de Repartições a Outros Entes

Compreende os valores arrecadados de impostos e outras receitas a serem repartidos aos estados, Distrito Federal e municípios.

Provisões a Curto Prazo

Compreende os passivos de prazo ou de valor incertos, com probabilidade de ocorrerem no curto prazo.

Demais Obrigações a Curto Prazo

Compreende as obrigações da entidade junto a terceiros, não inclusas nos subgrupos anteriores, com vencimento no curto prazo, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo.

Passivo Não Circulante

Compreende as obrigações conhecidas e estimadas que não atendam a nenhum dos critérios para serem classificadas no passivo circulante.

Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo

Compreende as obrigações referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios aos quais o empregado ou servidor tenha direito, aposentadorias, reformas, pensões e encargos a pagar, benefícios assistenciais, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no longo prazo.

Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo

Compreende as obrigações financeiras da entidade a título de empréstimos, bem como as aquisições efetuadas diretamente com o fornecedor, com vencimentos no longo prazo.

Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo

Compreende as obrigações junto a fornecedores de matérias-primas, mercadorias e outros materiais utilizados nas atividades operacionais da entidade, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no longo prazo.

Obrigações Fiscais a Longo Prazo

Compreende as obrigações das entidades com o governo relativas a impostos, taxas e contribuições com vencimento no longo prazo.

Provisões a Longo Prazo

Compreende os passivos de prazo ou de valor incertos, com probabilidade de ocorrerem no longo prazo.

Demais Obrigações a Longo Prazo

Compreende as obrigações da entidade junto a terceiros, não inclusas nos subgrupos anteriores, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no longo prazo.

Resultado Diferido

Compreende o valor das variações patrimoniais aumentativas já recebidas que efetivamente devem ser reconhecidas em resultados em anos futuros e que não haja qualquer tipo de obrigação de devolução por parte da entidade. Compreende também o saldo existente na antiga conta resultado de exercícios futuros em 31 de dezembro de 2008.

Patrimônio Líquido

Compreende o valor residual dos ativos depois de deduzidos todos os passivos.

Patrimônio Social e Capital Social

Compreende o patrimônio social das autarquias, fundações e fundos e o capital social das demais entidades da administração indireta.

Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital

Compreende os recursos recebidos pela entidade de seus acionistas ou quotistas destinados a serem utilizados para aumento de capital, quando não haja a possibilidade de devolução destes recursos.

Documento Assinado Digitalmente por: JOSE WILSON FERREIRA DELIMA, JAIRO PEREIRA DA LUZ
Asses em: https://receita.fiscal.pe.gov.br/ptpp/validarDoc.aspx?CodigoDoDocumento=4b80c064e90a478b-702-10f47eb31a86

BALANÇO PATRIMONIAL DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO
Demonstrações Contábeis Consolidadas



NOTAS EXPLICATIVAS

(De acordo com o item 6 e Anexos X e XIII da Resolução TCE-PE nº 190, de 14 de dezembro de 2022)

Documento Assinado Digitalmente por: JOSE WILSON FERREIRA DELIMA, JAIRO PEREIRA DA LUZ
Asses em: https://eccc.tce-pe.gov.br/ep/validaDoc.scam?codigo_documento=4b80c064e90a478b-a702-10f47eb31486

Reservas de Capital

Compreende os valores acrescidos ao patrimônio que não transitaram pelo resultado como variações patrimoniais aumentativas (VPA).

Ajustes de Avaliação Patrimonial

Compreende as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valor atribuídos a elementos do ativo e do passivo em decorrência da sua avaliação a valor justo, nos casos previstos pela lei 6.404/76 ou em normas expedidas pela comissão de valores mobiliários, enquanto não computadas no resultado do exercício em obediência ao regime de competência.

Reservas de Lucros

Compreende as reservas constituídas com parcelas do lucro líquido das entidades para finalidades específicas.

Demais Reservas

Compreende as demais reservas, não classificadas como reservas de capital ou de lucro, inclusive aquelas que terão seus saldos realizados por terem sido extintas pela legislação.

Resultados Acumulados

Compreende o saldo remanescente dos lucros ou prejuízos líquidos das empresas e os superávits ou déficits acumulados da administração direta, autarquias, fundações e fundos.

Ações / Cotas em Tesouraria

Compreende o valor das ações ou cotas da entidade que foram adquiridas pela própria entidade.

Ativo Financeiro

Compreende os créditos e valores realizáveis independentemente de autorização orçamentária e os valores numéricos.

Ativo Permanente

Compreende os bens, créditos e valores, cuja mobilização ou alienação dependa de autorização legislativa.

Passivo Financeiro

Compreende as dívidas fundadas e outros compromissos exigíveis cujo pagamento independa de autorização orçamentária. Considera-se nesse conceito apenas a parcela da dívida fundada que tenha tido execução orçamentária iniciada e esteja pendente de pagamento. Caso o Balanço Patrimonial seja elaborado no decorrer do exercício, serão incluídos no passivo financeiro os créditos empenhados a liquidar.

Passivo Permanente

Compreende as dívidas fundadas e outras que dependam de autorização legislativa para amortização ou resgate.

Contas de Compensação

Compreende as contas representativas dos atos potenciais ativos e passivos.

Atos Potenciais

Compreende os atos a executar que podem vir a afetar o patrimônio, imediata ou indiretamente, por exemplo: direitos e obrigações conveniadas ou contratadas; responsabilidade por valores, títulos e bens de terceiros; garantias e contragarantias recebidas e concedidas. A definição é orientada pelo fluxo de caixa a ser envolvido na execução futura do ato potencial.

Atos Potenciais Ativos

Compreende os atos a executar que podem vir a afetar positivamente o patrimônio, imediata ou indiretamente.

Atos Potenciais Passivos

Compreende os atos a executar que podem vir a afetar negativamente o patrimônio, imediata ou indiretamente.

Superávit Financeiro

Corresponde à diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro. O superávit financeiro do exercício anterior é fonte de recursos para abertura de créditos suplementares e especiais, devendo-se conjugar, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas, de acordo com o artigo 43 da Lei nº 4.320/1964, caput, § 1º, inciso I e § 2º.

Déficit Financeiro

Corresponde à diferença negativa entre o ativo financeiro e o passivo financeiro.

Fonte de Recursos

Mecanismo que permite a identificação da origem e destinação dos recursos legalmente vinculados a órgão, fundo ou despesa.

b.4. Novas normas e políticas contábeis alteradas:

Não houve mudanças nas políticas contábeis que impliquem em alterações significativas no BP.

b.5. Julgamentos pela aplicação das políticas contábeis:

a) Classificação de ativos:

Não houve mais de uma base de mensuração de classes de ativos similares.

b) Constituições de provisões:

Não houve constituições de provisões em contas de passivo que implicassem em registros nas variações patrimoniais, exceto as "provisões matemáticas previdenciárias" comentadas a seguir na Nota 23 das referências cruzadas.

c) Reconhecimento de variações patrimoniais:

Não houve reconhecimento de variações patrimoniais significativas além das operações comuns resultantes e independentes da execução orçamentária.

d) Transferência de riscos e benefícios significativos sobre a propriedade de ativos para outras entidades:

Não houve transferência de propriedade de ativos para outras entidades.

BALANÇO PATRIMONIAL DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO
Demonstrações Contábeis Consolidadas



NOTAS EXPLICATIVAS

(De acordo com o item 6 e Anexos X e XIII da Resolução TCE-PE nº 190, de 14 de dezembro de 2022)

c) INFORMAÇÕES DE SUPORTE E DETALHAMENTO DE ITENS APRESENTADOS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ATRAVÉS DAS REFERÊNCIAS CRUZADAS:

c.1.Referências cruzadas e notas explicativas:

A seguir serão apresentadas de forma sistemática as referências cruzadas com o título "Nota" seguida do respectivo número, baseadas em grupos de contas ou informações do demonstrativo contábil facilitando a interpretação dos usuários.

Anexo 14 – Balanço Patrimonial da Lei Federal 4.320/64
(REFERÊNCIAS CRUZADAS E NOTAS)

Especificação		Exercício Atual	Exercício Anterior
Ativo Circulante (Nota 1)		10.801.436,16	11.769.961,57
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 2)	(F)	1.422.902,36	4.724.031,53
Créditos a curto prazo (Nota 3)	(P)	240.394,33	225.231,15
Créditos tributários a receber		0,00	0,00
Clientes		0,00	0,00
Créditos de transferências a receber	(P)	196.762,48	225.231,15
Empréstimos e financiamentos concedidos		0,00	0,00
Dívida ativa tributária	(P)	87.000,00	0,00
Dívida ativa não tributária		0,00	0,00
(-) Ajuste de perdas de créditos a curto prazo (Nota 4)	(P)	-43.368,15	0,00
Demais créditos e valores a curto prazo (Nota 5)	(P) (F)	9.105.507,48	6.649.644,94
Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo (Nota 6)	(F)	32.631,99	171.053,95
Estoques (Nota 7)		0,00	0,00
Ativo não circulante mantido para venda		0,00	0,00
Ativo biológico		0,00	0,00
Variações patrimoniais diminutivas pagas antecipadamente		0,00	0,00

Nota 1) ATIVO CIRCULANTE: Os bens e direitos de curto prazo evidenciados no Balanço Patrimonial do exercício foram de **R\$ 10.801.436,16**, compostos de caixa e equivalentes de caixa, créditos a curto prazo, demais créditos e valores a curto prazo, investimentos e aplicações temporárias a curto prazo, estoques, ativo não circulante mantido para venda e despesas (VPD) pagas antecipadamente.

Nota 2) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA: O saldo das disponibilidades financeiras deixadas ao final do exercício somam **R\$ 1.422.902,36**.

DISPONIBILIDADE DE CAIXA DETALHADA (Art. 8º e Art. 50 da LC 101/2000 LRF)		
Entidades	Recursos Próprios	Recursos Vinculados
Câmara Municipal de Vereadores	237,42	0,00
Prefeitura Municipal	841.389,94	362.463,79
Fundo Municipal de Saúde (FMS)	1.855,57	42.655,84
Fundo Municipal de Educação (FME)	9.000,82	75.556,26
Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS)	20.635,68	65.675,10
Fundo Municipal de Defesa da Criança e do Adolescente (FMDDCA)	1.812,39	0,00
RPPS	0,00	1.619,55
Total	874.931,82	547.970,54

Nota 3) CRÉDITOS A CURTO PRAZO:

DETALHAMENTO DOS CRÉDITOS A CURTO PRAZO EM NOTAS EXPLICATIVAS
(MCASP 9ª Edição p. 514)

Níveis	Valor
Créditos de transferências a receber (1)	196.762,48
Dívida ativa tributária (2)	87.000,00
Dívida ativa não tributária (2)	0,00
(-) Ajuste de perdas de créditos a curto prazo	-43.368,15
TOTAL	240.394,33

Documento Assinado Digitalmente por: JOSE WILSON FERREIRA DELIMA, JAIRO PEREIRA DA LUZ
Assessee epp: https://ptec.tce-pe.gov.br/epp/validadaDoc=cam Código do documento: 4b80e064-e90a-478b-4702-10f47e531a86

BALANÇO PATRIMONIAL DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO
Demonstrações Contábeis Consolidadas



NOTAS EXPLICATIVAS

(De acordo com o item 6 e Anexos X e XIII da Resolução TCE-PE nº 190, de 14 de dezembro de 2022)

(1) Ao final do exercício a classificação dos ativos a curto prazo mostra que o valor evidenciado como “Créditos de Transferência a Receber” no valor de **R\$ 196.762,48**, referem-se aos registros patrimoniais da receita por competência baseado nos valores liberados pelo Governo do Estado de Pernambuco decorrente de ICMS e IPI. Os valores foram compensados financeiramente apenas no exercício seguinte, conforme estudo técnico da Confederação Nacional dos Municípios (CNM) e NBCASP. O registro da receita por competência foi realizado.

(2) Foi mensurado para créditos a receber – curto prazo a título de Dívida Ativa Tributária e Não Tributária com base na expectativa de recebimento do estoque da dívida até 12 meses após o levantamento deste balanço, restando seu saldo residual no ativo não circulante, seguindo os critérios já definidos nesta nota.

Nota 4) AJUSTES PARA PERDAS DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS A CURTO PRAZO: O ajuste para perdas foi calculado sobre o percentual de efetividade de arrecadação nos últimos três exercícios, levando em consideração o estoque inicial e final do crédito tributário a receber conforme memória de cálculo a seguir:

CURTO PRAZO

DESCRIÇÃO	2020	2021	2022	Média
Dívida ativa Orçada	99.448,75	89.461,47	591.000,00	259.970,07
Valor Arrecadado no ano	-	98.078,40	32.817,14	43.631,85
Percentual de Arrecadação	0,00%	109,63%	5,55%	38,39%
Percentual de Perda de Arrecadação	1,0000	- 0,0963	0,9445	0,6161
Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU (LOA 2023)	29.000,00			
Taxas Pela Prestação de Serviços em Geral (LOA 2023)	56.000,00			
Impostos sobre Serviços - ISS (LOA 2023)	2.000,00			
(a) Dívida Ativa estimada para 2023 (LOA 2023)	87.000,00			
(b) Estimativa de arrecadação da Dívida Ativa em curto prazo para 2023	43.631,85			
Ajuste para Perda da Dívida Ativa Trib. (c) = (a-b)	43.368,15			

Nota 5) DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO: Segregação dos ativos com os atributos “F” e “P”:

Níveis	Valor	Atributo
Valores em trânsito realizáveis a curto prazo	7.327.469,42	F
Créditos a receber por reembolso de salário família pago	529,38	F
Créditos a receber por reembolso de salário maternidade pago	2.765,30	F
Subtotal	7.330.764,10	
Créditos previdenciários a receber	1.774.743,38	P
Créditos a receber e valores a curto prazo	0,00	P
Subtotal	1.774.743,38	P
TOTAL	9.105.507,48	

Nota 6) INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO: O valor evidenciado no total de R\$ 32.631,99, compreende as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não façam parte das atividades operacionais da entidade. Registra os investimentos realizados pelo RPPS em títulos de emissão do Tesouro Nacional, efetuados em conformidade com as Resoluções CMN nº 3.992/2010 e 4.392/2014.

Nota 7) ESTOQUE (NBC T SP 04 – Item 47): É importante destacar que não houve informações disponibilizadas até o fechamento deste balanço quanto as baixas do estoque. Sugerimos a administração a adoção de procedimentos de controle do almoxarifado e estoque para compatibilização em tempo real com o setor contábil.

POLÍTICA CONTÁBIL E CRITÉRIOS DE VALORAÇÃO ADOTADA NA MENSURAÇÃO DO ESTOQUE:

Até a data de fechamento deste balanço, não foram disponibilizados a esta contabilidade, as informações relativas ao estoque, ficando o tratamento contábil dado mensalmente ao material de consumo (elemento 3.3.90.30) foi registrado diretamente numa variação patrimonial diminutiva. O setor contábil informou ao controle interno a situação para que adote as medidas necessárias para sanar a questão.

--

Documento Assinado Digitalmente por: JOSE WILSON FERREIRA DELIMA, JAIRO PEREIRA DA LUZ
Asses em: https://tce.tce-pe.gov.br/ep/validaDoc.aspx?Codigo=documento-4b80e064-e90a-478b-4702-10f47eb31a86

BALANÇO PATRIMONIAL DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO
Demonstrações Contábeis Consolidadas



NOTAS EXPLICATIVAS

(De acordo com o item 6 e Anexos X e XIII da Resolução TCE-PE nº 190, de 14 de dezembro de 2022)

Documento Assinado Digitalmente por: JOSE WILSON FERREIRA DELIMA, JAIRO PEREIRA DA LUZ
Asses em: https://tce.tce-pe.gov.br/pepp/validaDoc.aspx?Codigo-do-documento=4b80e064-e90a-478b-4702-10f47eb31a86

Ativo não Circulante (Nota 8)		22.726.178,75	18.545.883,70
Ativo realizável a longo prazo	(P)	3.744.981,28	3.434.217,79
Créditos a longo prazo (Nota 9)	(P)	978.746,93	888.306,85
Créditos tributários a receber		0,00	0,00
Clientes		0,00	0,00
Empréstimos e financiamentos concedidos		0,00	0,00
Dívida ativa tributária	(P)	3.882.336,65	3.835.264,72
Dívida ativa não tributária		0,00	0,00
(-) Ajuste de perdas de créditos a longo prazo (Nota 10)	(P)	-2.903.589,72	-2.946.957,87
Demais créditos e valores a longo prazo		2.766.234,35	2.545.910,94
Investimentos e aplicações temporárias a longo prazo		0,00	0,00
Estoques		0,00	0,00
Variações patrimoniais diminutivas pagas antecipadamente		0,00	0,00
Investimentos		0,00	0,00
Participações permanentes		0,00	0,00
Avaliadas pelo método de equivalência		0,00	0,00
Avaliadas pelo método de custo		0,00	0,00
(-) Redução ao valor recuperável		0,00	0,00
Propriedades para investimentos		0,00	0,00
(-) Depreciação acumulada		0,00	0,00
(-) Redução ao valor recuperável		0,00	0,00
Investimentos do RPPS de longo prazo		0,00	0,00
(-) Redução ao valor recuperável de propriedades		0,00	0,00
Demais investimentos permanentes		0,00	0,00
(-) Redução ao valor recuperável		0,00	0,00
Imobilizado (Nota 11)		18.981.197,47	15.111.665,91
Bens móveis	(P)	9.656.964,86	8.276.527,66
(-) Deprec./Amort./Exaustão acumulada bens móveis		-882.982,25	-882.982,25
(-) Redução ao valor recuperável de bens móveis		0,00	0,00
Bens imóveis	(P)	10.207.214,86	7.718.120,50
(-) Deprec./Amort./Exaustão acumulada bens imóveis		0,00	0,00
(-) Redução ao valor recuperável de bens imóveis		0,00	0,00
Intangível (Nota 12)		0,00	0,00
Softwares		0,00	0,00
(-) Amortização acumulada		0,00	0,00
(-) Redução ao valor recuperável de intangível		0,00	0,00
Marcas, direitos e patentes industriais		0,00	0,00
(-) Amortização acumulada		0,00	0,00
(-) Redução ao valor recuperável de intangível		0,00	0,00
Direito de uso de imóveis		0,00	0,00
(-) Amortização acumulada		0,00	0,00
(-) Redução ao valor recuperável de intangível		0,00	0,00

Nota 8) ATIVO NÃO CIRCULANTE: Os ativos de longo prazo, compostos do ativo realizável a longo prazo, investimentos, imobilizado e intangível totalizam R\$ 22.726.178,75.

Nota 9) CRÉDITOS A LONGO PRAZO: O valor de R\$ 978.746,93, corresponde a R\$ 3.882.336,65 de Dívida Ativa Tributária e R\$ 0,00 da Dívida Ativa Não Tributária, abatido o valor de R\$ -2.903.589,72, relativo ao ajuste para perdas.

Nota 10) AJUSTES PARA PERDAS DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS A LONGO PRAZO: O valor registrado para "Ajustes para Perdas de Créditos Tributários" foi de R\$ -2.903.589,72, conforme dados encaminhados pelo setor de tributação do município.

Nota 11) IMOBILIZADO: O saldo do imobilizado ao final do exercício totalizou R\$ 18.981.197,47. Até o fechamento deste balanço o setor de patrimônio não disponibilizou em tempo as informações relativas ao valor atualizado do imobilizado, bem como a depreciação acumulada para efetuarmos os procedimentos contábeis de ajuste. Da mesma forma, não foram disponibilizadas as informações relativas a possíveis reavaliações de bens e teste de imparidade.

BALANÇO PATRIMONIAL DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO
Demonstrações Contábeis Consolidadas



NOTAS EXPLICATIVAS

(De acordo com o item 6 e Anexos X e XIII da Resolução TCE-PE nº 190, de 14 de dezembro de 2022)

Documento Assinado Digitalmente por: JOSE WILSON FERREIRA DELIMA, JAIRO PEREIRA DA LUZ
Asses em: https://tce.tcece.tce-pe.gov.br/ep/validarDoc.aspx?Codigo-do-documento=46800064-e90a-478b-4702-10f47e031886

DETALHAMENTO DO IMOBILIZADO EM NOTAS EXPLICATIVAS
(MCASP 9ª Edição p. 514)

Descrição	Valor (R\$)	
	2022	2021
Bens móveis	9.656.964,86	8.276.527,66
Depreciação/amortização/exaustão acumulada (bens móveis)	-882.982,25	-882.982,25
Bens imóveis	10.207.214,86	7.718.120,50
Depreciação/amortização/exaustão acumulada (bens imóveis)	0,00	0,00
Total	18.981.197,47	15.111.665,91

Nota 12) INTANGÍVEL: O setor de patrimônio não nos repassou até o fechamento do balanço as informações relativas aos bens intangíveis, bem como as respectivas amortizações acumuladas para efetuarmos os procedimentos contábeis de ajuste. Sugerimos que a administração tome medidas no sentido de seguir os prazos estabelecidos do PIPCP para o controle em tempo real dos bens intangíveis para compatibilização com os dados contábeis

Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior
Passivo Circulante (Nota 13)	9.952.384,86	9.053.726,84
Obrigações trabalhistas, prev. e assist. a pagar a curto prazo (Nota 14) (F)	3.578.692,35	3.813.299,40
Empréstimos e financiamentos a curto prazo (Nota 15)	0,00	0,00
Fornecedores e contas a pagar a curto prazo (Nota 16) (F)	2.124.555,64	2.090.289,20
Obrigações fiscais a curto prazo	0,00	0,00
Transferências fiscais a curto prazo	0,00	0,00
Provisões a curto prazo (Nota 17)	0,00	0,00
Demais obrigações a curto prazo (Nota 18) (F)	4.249.136,87	3.150.138,24

Nota 13) PASSIVO CIRCULANTE: As dívidas e demais obrigações de curto prazo ao final do exercício foram de R\$ 9.952.384,86.

Nota 14) OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO: O valor das obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar ao final do exercício foi de R\$ 3.578.692,35.

Segregação dos passivos com os atributos "F" e "P":

DETALHAMENTO DAS OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS EM NOTAS EXPLICATIVAS
(MCASP 9ª Edição p. 514)

Níveis	Valor	Atributo
Pessoal a Pagar	1.137.418,53	F
Encargos Sociais a Pagar	2.441.273,82	F
Subtotal	3.578.692,35	
Encargos Sociais a Pagar – Débito Parcelado a curto prazo	0,00	P
Subtotal	3.578.692,35	
TOTAL	3.578.692,35	

Nota 15) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS (CURTO PRAZO): Não houve empréstimos e financiamentos de curto prazo.

Nota 16) FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR CURTO PRAZO: Ao final do exercício ficou em restos a pagar o valor de R\$ 2.124.555,64, relativo a fornecedores e contas a pagar.

Nota 17) PROVISÕES A CURTO PRAZO (NBC T SP 03 – Item 97 a 98): Não houve provisões de curto prazo durante o exercício.

Nota 18) DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO: O saldo das demais obrigações a curto prazo foi de R\$ 4.249.136,87. O detalhamento das Demais Obrigações a Curto Prazo encontra-se a seguir:

Depósitos (Subtotal)	3.150.138,24	15.340.739,89	14.241.741,24	0,00	0,00	0,00	4.249.136,87
2.1.8.8.1.01.00.00.00 - RPPS - RETENÇÕES SOBRE VENCIMENTOS E VANTAGENS	264.592,84	2.811.302,70	2.875.870,00	0,00	0,00	0,00	250.000,55
2.1.8.8.1.01.00.00.00 - CONTRIBUIÇÃO AO RGPS	653.692,02	1.270.175,10	1.812.632,94	0,00	0,00	0,00	911.288,16
2.1.8.8.1.01.00.00.00 - ENCARGOS SOCIAIS - OUTRAS ENTIDADES	1.233,24	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.233,26
2.1.8.8.1.01.04.00.00 - IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRPF	593.669,47	1.798.976,74	1.313.494,30	0,00	0,00	0,00	1.040.151,33
0.0.0.0.01.05.00.00.00 - IMENSAZÕES E RESTITUIÇÕES	0,00	1.529,69	1.529,69	0,00	0,00	0,00	0,00

BALANÇO PATRIMONIAL DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO
Demonstrações Contábeis Consolidadas



NOTAS EXPLICATIVAS

(De acordo com o item 6 e Anexos X e XIII da Resolução TCE-PE nº 190, de 14 de dezembro de 2022)

Documento Assinado Digitalmente por: JOSE WILSON FERREIRA DELIMA, JAIRO PEREIRA DA LUZ
Asses em: https://tce.tce-pe.gov.br/ep/validaDoc.aspx?CodigoDocumento=4680064e90a478b47024047eb31a86

2.1.8.1.01.00.00.00.00 - ISS	343.034,85	150.875,50	8.198,99	0,00	0,00	0,00	385.715,36
2.1.8.1.01.10.00.00.00 - PENSÃO ALIMENTÍCIA	81.769,15	107.116,42	99.635,42	0,00	0,00	0,00	88.847,15
2.1.8.1.01.11.00.00.00 - PLANOS DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA MÉDICA	36.493,34	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	36.493,34
2.1.8.1.01.13.00.00.00 - RETENÇÕES - ENTIDADES REPRESENTATIVAS DE CLASSES	23.789,99	125.684,27	124.445,31	0,00	0,00	0,00	29.009,95
2.1.8.1.01.14.00.00.00 - RETENÇÕES - PLANOS DE SEGUROS	22.013,63	94.379,14	86.772,89	0,00	0,00	0,00	29.619,92
2.1.8.1.01.15.00.00.00 - RETENÇÕES - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	887.993,44	3.822.089,96	3.871.841,95	0,00	0,00	0,00	3.036.441,49
2.1.8.1.01.16.00.00.00 - RETENÇÃO RELATIVA A SALÁRIO FAMILIAR NA CONTRIBUIÇÃO PATRONAL	399,00	222.426,80	121.692,77	0,00	0,00	0,00	1.990,13
2.1.8.1.01.19.00.00.00 - RETENÇÃO RELATIVA A SALÁRIO MATERIDADE NA CONTRIBUIÇÃO PATRONAL	0,00	6.208,90	6.208,90	0,00	0,00	0,00	0,00
2.1.8.1.01.20.00.00.00 - RECONHECIMENTO DE DESPESA	0,00	226.401,13	226.401,13	0,00	0,00	0,00	0,00
2.1.8.1.01.99.00.00.00 - OUTROS CONSIGNATÁRIOS	70.526,40	3.315,90	3.315,90	0,00	0,00	0,00	70.526,40
2.1.8.1.04.01.00.00.00 - DEPOSITOS E CAUCÕES	2.925,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.925,00
2.1.8.1.04.99.00.00.00 - OUTROS DEPOSITOS	1.531,33	8.825,37	0,00	0,00	0,00	0,00	10.356,69
2.1.8.1.99.00.00.00.00 - OUTROS VALORES RESTITUIVÉIS	246.917,29	4.826.596,93	4.690.051,24	0,00	0,00	0,00	403.462,04

A seguir será analisado o quadro do passivo não circulante. Vejamos:

Passivo não Circulante (Nota 19)	194.875.732,04	168.125.430,85
Obrigações trabalhistas, prev. e assist. a pagar a longo prazo (Nota 20) (P)	1.990.310,99	8.299.160,62
Empréstimos e financiamentos a longo prazo (Nota 21)	0,00	0,00
Fornecedores e contas a pagar a longo prazo (Nota 22) (P)	96.928,41	221.897,93
Obrigações fiscais a longo prazo	0,00	0,00
Transferências Fiscais a Longo Prazo	0,00	0,00
Provisões a longo prazo (Nota 23) (P)	192.788.492,64	159.604.372,30
Demais obrigações a longo prazo (Nota 24)	0,00	0,00
Resultado diferido	0,00	0,00

Nota 19) PASSIVO NÃO CIRCULANTE: As obrigações de longo prazo ao final do exercício somam R\$ 194.875.732,04, decorrentes de obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar, empréstimos e financiamentos, fornecedores, provisões e demais obrigações.

Nota 20) OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO: O montante de R\$ 1.990.310,99 compreende os parcelamentos de dívidas e outros compromissos existentes, conforme valores representados na tabela:

DETALHAMENTO DAS OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS EM NOTAS EXPLICATIVAS
(MCASP 9ª Edição p. 514)

Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Longo Prazo	Saldos
Contribuições a Regime Próprio de Previdência – RPPS	1.295.932,02
Débito Parcelado – INSS	568.799,59
Contribuições Sociais e Débitos Tributários Junto a RFB	125.579,38
Total	1.990.310,99

Nota 21) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS (LONGO PRAZO): Não houve empréstimos e financiamentos a longo prazo.

Nota 22) FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR (LONGO PRAZO): Ao final do exercício ficou em restos a pagar o valor de R\$ 96.928,41, relativo a fornecedores e contas a pagar.

Nota 23) PROVISÕES A LONGO PRAZO (NBC T SP 03 – Item 97 a 98): As provisões totalizaram R\$ 192.788.492,64, que são relativas a Provisões Matemáticas Previdenciárias do RPPS, conforme cálculo atuarial que consta desta prestação de contas. O cálculo atuarial foi feito pelo Atuário Sr. Havila Donnelly, MIBA nº 1.226. Avaliação Ano Base: 2023. Data base: 31/12/2022.

DETALHAMENTO DAS PROVISÕES EM NOTAS EXPLICATIVAS
(MCASP 9ª Edição)

TIPO/CLASSE DA PROVISÃO: Provisões Matemáticas Previdenciárias	VALOR (R\$)
a) valor contábil do início do período (saldo das provisões – exercício 2021)	159.604.372,30
b) valor contábil do final do período (=) (saldo das provisões – exercício 2022)	192.788.492,64
b) provisões adicionais realizadas no período, incluindo aumentos nas provisões existentes (+) VPD 3.9.7	38.881.166,85
d) valores utilizados (incorridos e baixados contra a provisão) durante o período (-) VPA 4.9.7	5.697.046,51
e) valores não utilizados revertidos durante o período	0,00
f) o aumento no período do valor descontado decorrente do transcurso do tempo e os efeitos de qualquer alteração na taxa de desconto	0,00
g) breve descrição da natureza da obrigação e do prazo esperado para qualquer saída resultante de benefícios econômicos ou potencial de serviços	

BALANÇO PATRIMONIAL DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO
Demonstrações Contábeis Consolidadas



NOTAS EXPLICATIVAS

(De acordo com o item 6 e Anexos X e XIII da Resolução TCE-PE nº 190, de 14 de dezembro de 2022)

Documento Assinado Digitalmente por: JOSE WILSON FERREIRA DELIMA, JAIRO PEREIRA DA LUZ
Asses em: https://tcece.tce-pe.gov.br/ep/validaDoc.aspx?Codigo-do-documento=4680064-90a-478b-4702-10f47eb31a86

BREVE DESCRIÇÃO: Constituição de saldo de Provisões Matemáticas Previdenciárias. O Passivo atuarial do RPPS é representado pelas provisões matemáticas previdenciárias, que correspondem aos compromissos líquidos do plano de benefícios, avaliados em regime de capitalização.	
g) indicativo das incertezas relacionadas ao valor ou prazo dessas saídas.	0,00
h) valores de algum reembolso previsto, apresentando o valor de qualquer ativo que tenha sido reconhecido na forma do reembolso.	0,00

MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS:

CONTEXTUALIZAÇÃO DA MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS:

PLANO PREVIDENCIÁRIO	R\$ 192.788.492,64
Provisões de Benefícios Concedidos	R\$ 145.044.903,90
(+) Aposentadorias/Pensões/Outros Benefícios do Plano	R\$ 161.293.932,52
(-) Contribuição do Ente	R\$ 0,00
(-) Contribuição do Inativo	R\$ -119.635,37
(-) Contribuição do Pensionista	R\$ 0,00
(-) Compensação Previdenciária	R\$ -16.129.393,25
(-) Parcelamento de Débitos Previdenciários	R\$ 0,00
(-) Cobertura de Insuficiência Financeira	R\$ 0,00
Provisões de Benefícios a Conceder	R\$ 47.743.588,74
(+) Aposentadorias/Pensões/Outros Benefícios do Plano	R\$ 126.436.376,29
(-) Contribuição do Ente	R\$ -41.354.686,50
(-) Contribuição do Ativo	R\$ -24.694.463,42
(-) Compensação Previdenciária	R\$ -12.643.637,63
(-) Parcelamento de Débitos Previdenciários	R\$ 0,00
(-) Cobertura de Insuficiência Financeira	R\$ 0,00
Plano de Amortização	R\$ 0,00
(-) Outros Créditos	R\$ 0,00
Provisões Atuariais para Ajustes do Plano	R\$ 0,00
Ajuste de Resultado Atuarial Superavitário	R\$ 0,00

BALANÇO PATRIMONIAL DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO
Demonstrações Contábeis Consolidadas



NOTAS EXPLICATIVAS

(De acordo com o item 6 e Anexos X e XIII da Resolução TCE-PE nº 190, de 14 de dezembro de 2022)

Documento Assinado Digitalmente por: JOSE WILSON FERREIRA DELIMA, JAIRO PEREIRA DA LUZ
Assinse em: https://ctec.tce-pe.gov.br/ctep/validaDoc.scam?codigo_documento=4b80e064-e90a-478b-4702-10f47eb31d86

8. PARECER ATUARIAL

A Avaliação Atuarial do Plano Previdenciário do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Município de São João - PE, realizada em 10 de fevereiro de 2023, utilizou-se da base de dados de informações na posição 31/12/2022 as quais foram consideradas satisfatórias para realização do trabalho, não implicando em nenhum problema para realização do cálculo, bem como, nenhum impacto diferente em seu custeio e resultados atuariais.

A presente Avaliação Atuarial apresentou um custo normal que garante o equilíbrio do plano do momento desta avaliação em diante de 39,46%, sendo 14,00% para o servidor ativo, 23,46% para o Ente Público e mais 2% de taxa de administração, e apresentando um déficit atuarial de R\$ 192,8 milhões, cuja forma de amortização será através de aliquotas de custo suplementar a cargo do Ente Público, conforme abaixo.

Período	Custo Suplementar	Período	Custo Suplementar
2023	23,41%	2027	34,41%
2024	25,41%	2028	37,41%
2025	28,41%	2029 a 2049	82,17%
2026	31,41%		

Desta forma, as aliquotas totais do Ente para o exercício 2023 seriam de 23,46% de custo normal, mais 2% para as despesas administrativas e 23,41% de custo suplementar para financiamento do déficit atuarial existente, sem necessidade de qualquer outro valor em termos de aporte.

Porém, é necessário o monitoramento a partir das próximas avaliações atuariais para saber se existirá um aumento do déficit que motive aumento das aliquotas de custo suplementar tanto no curto prazo como no longo prazo, ou caso contrário, usar possíveis ganhos atuariais para amortizar o déficit atuarial de forma mais rápida.

As hipóteses utilizadas foram com base nos parâmetros mínimos exigidos na legislação vigente, mas aconselhamos o monitoramento das mesmas nas Avaliações Atuariais futuras de forma a sempre se fazer aderente a realidade do RPPS de Município de São João - PE.

São essas as nossas considerações sobre o assunto.

Brasília – DF, 10 de fevereiro de 2023.

Havila Donnely de Sousa Ferreira
Havila Donnely de Sousa Ferreira
Atuário – MIBA 1.226

Nota 24) DEMAIS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO: Não houve demais obrigações a longo prazo.

BALANÇO PATRIMONIAL DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO
Demonstrações Contábeis Consolidadas



NOTAS EXPLICATIVAS

(De acordo com o item 6 e Anexos X e XIII da Resolução TCE-PE nº 190, de 14 de dezembro de 2022)

Documento Assinado Digitalmente por: JOSE WILSON FERREIRA DELIMA, JAIRO PEREIRA DA LUZ
Asses em: https://tce.tcece.tce-pe.gov.br/ep/validaDoc.aspx?documento=4b80e064-e90a-478b-4702-10f47eb31886

Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Patrimônio social/capital social	0,00	0,00
Adiantamento para futuro aumento de capital	0,00	0,00
Reservas de capital	0,00	0,00
Ajustes de avaliação patrimonial	0,00	0,00
Reservas de lucros	0,00	0,00
Demais reservas	0,00	0,00
Resultado acumulado	-171.300.501,99	-146.863.312,42
Resultado do exercício	(P) -24.437.189,57	-48.341.688,01
Resultado de exercícios anteriores	(P) -146.863.312,42	-98.521.624,41
Ajustes de exercícios anteriores	0,00	0,00
Outros resultados	0,00	0,00
Ações/Cotas em tesouraria	0,00	0,00
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 25)	-171.300.501,99	-146.863.312,42

Nota 25) PATRIMÔNIO LÍQUIDO: O patrimônio líquido da entidade perfez ao final do exercício o valor de R\$ -171.300.501,99. A seguir detalharemos o resultado:

DETALHAMENTO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM NOTAS EXPLICATIVAS
(MCASP 9ª Edição p. 514)

Resultados Acumulados de exercícios anteriores	-146.863.312,42
Resultado do Exercício	-24.437.189,57
Patrimônio Social/Capital Social	0,00
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	-171.300.501,99

ATIVO FINANCEIRO (Nota 26)	8.786.298,45	8.075.021,94	PASSIVO FINANCEIRO (Nota 28)	9.968.786,69	9.070.128,67
ATIVO PERMANENTE (Nota 27)	24.741.316,46	22.240.823,33	PASSIVO PERMANENTE (Nota 29)	194.875.732,04	168.125.430,85
SALDO PATRIMONIAL (Nota 30)				-171.316.903,82	-146.879.714,25

Nota 26) ATIVO FINANCEIRO: O Ativo Financeiro compreenderá os créditos e valores realizáveis independentemente de autorização orçamentária e os valores numerários. O valor dos ativos com atributo F (Financeiro) totalizam R\$ 8.786.298,45.

Nota 27) ATIVO PERMANENTE: O Ativo Permanente compreenderá os bens, créditos e valores, cuja mobilização ou alienação dependa de autorização legislativa. O valor dos ativos com atributo P (Permanente) somam R\$ 24.741.316,46.

Nota 28) PASSIVO FINANCEIRO: O Passivo Financeiro consiste nas obrigações que não dependem de autorização orçamentária para sua amortização ou resgate. Também integram o passivo financeiro os passivos que não são submetidos ao processo de execução orçamentária, a exemplo das cauções, depósitos, dentre outros. O valor dos passivos com atributo F (Financeiro) no valor de R\$ 9.952.384,86, somados aos restos a pagar não processados a liquidar no valor de R\$ 16.401,83 perfazem o total de R\$ 9.968.786,69.

Nota 29) PASSIVO PERMANENTE: Os passivos que dependam de autorização orçamentária para amortização ou resgate integram o passivo permanente Os Passivos com atributo P (Permanente) somam R\$ 194.875.732,04.

Nota 30) SALDO PATRIMONIAL: O total do saldo patrimonial do exercício foi R\$ 171.316.903,82, deficitário.

COMPENSAÇÕES					
Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior	Especificação (Nota 31)	Exercício Atual	Exercício Anterior
Saldo dos atos potenciais do ativo			Saldo dos atos potenciais do passivo		
Execução dos atos potenciais ativos:	3.355.408,19	3.085.488,54	Execução dos atos potenciais passivos:	4.185.340,00	11.160.478,96
Garantias e contragarantias recebidas a executar:	0,00	0,00	Garantias e contragarantias concedidas a executar:	0,00	0,00
Direitos contratados e outros instrumentos:	0,00	0,00	Obrigações contratadas e outros instrumentos:	0,00	0,00
Direitos contratuais:	3.355.408,19	3.085.488,54	Obrigações contratuais:	-4.185.340,00	11.160.478,96
Demandas judiciais:	0,00	0,00	Demandas judiciais:	0,00	0,00
Outros aportes potenciais ativos:	0,00	0,00	Outros aportes potenciais passivos:	0,00	0,00
TOTAL	3.355.408,19	3.085.488,54	TOTAL	4.185.340,00	11.160.478,96

Nota 31) SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS E PASSIVOS: Os atos potenciais ativos ao final do exercício totalizaram R\$ 3.355.408,19. O valor do saldo dos atos potenciais passivos foi de R\$ 4.185.340,00. Os atos potenciais ativos e passivos inerentes

BALANÇO PATRIMONIAL DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO
Demonstrações Contábeis Consolidadas



NOTAS EXPLICATIVAS

(De acordo com o item 6 e Anexos X e XIII da Resolução TCE-PE nº 190, de 14 de dezembro de 2022)

aos contratos, convênios e outros instrumentos congêneres a executar, foram estruturados no PCASP a nível de item e subitem (7º e 8º níveis) sob a responsabilidade e controle do setor de contratos.

FONTE	SUPERÁVIT / DÉFICIT FINANCEIRO LEI 4.320/64 (Nota 32)	Exercício Atual	Exercício Anterior
00 - RECURSOS ORDINÁRIOS		1.309.214,10	-1.634.354,13
01 - RECEITAS IMPOSTOS TRANSF DE IMPOSTOS - EDUCAÇÃO		-118.218,72	-83.276,67
02 - RECEITAS IMPOSTOS TRANSF DE IMPOSTOS - SAÚDE		-777.520,52	101.389,28
03 - CONTRIBUIÇÃO PARA FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - RPPS (PATRONAL, SERVIDORES E COMPENSAÇÃO FINANCEIRA)		-514.400,40	155.403,03
18 - TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB - (APLICAÇÃO NA REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA EM EFETIVO EXERCÍCIO - (MÍNIMO 70%))		-943.854,62	-942.586,93
19 - TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB - (APLICAÇÃO EM OUTRAS DESPESAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA)		-1.086.376,62	-1.844.754,01
20 - TRANSFERÊNCIAS DA COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB - VAAT		-6.360,29	0,00
32 - TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS - UNIÃO/EDUCAÇÃO		375,93	72,39
33 - TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS - UNIÃO/SAÚDE		-8.231,13	-8.231,13
34 - TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS - UNIÃO/OUTROS (NÃO RELACIONADOS À EDUCAÇÃO/SAÚDE/ASSISTÊNCIA SOCIAL)		979.869,45	1.068.411,38
35 - TRANSF SISTEMA ÚNICO ASSIST SOCIAL - SUAS/UNIÃO		247.934,26	364.640,64
36 - SALÁRIO-EDUCAÇÃO		-75.601,28	31.439,65
37 - OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FNDE (NÃO REPASSADAS POR MEIO DE CONVÊNIOS)		91.977,56	303.279,12
38 - TRANSFERÊNCIAS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS/UNIÃO		822.437,89	1.101.551,39
56 - Auxílio Financeiro - Outorga Crédito Tributário ICMS - Art. 5º, Inciso V, EC nº 123/2022		9.015,88	0,00
61 - Transferências Voluntárias - Estado/Assistência Social		0,00	37.158,40
62 - Transferências Voluntárias - Estado/Educação		28.389,26	148.628,97
65 - TRANSF SISTEMA ÚNICO ASSIST SOCIAL - SUAS/ESTADO		-255.348,11	0,00
67 - TRANSFERÊNCIAS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS/ESTADO		14.309,12	188.616,95
68 - OUTRAS TRANSFERÊNCIAS LEGAIS E CONSTITUCIONAIS - ESTADO		0,00	-2.495,06
TOTAL		-1.182.488,24	-995.106,73

Nota 32) QUADRO DE SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO (§2º do art. 43 da Lei Federal 4.320/64): O valor apurado ao final do exercício foi de R\$ 1.182.488,24, (deficitário).

NOTA DE ESCLARECIMENTO SOBRE FONTES/DESTINAÇÃO DE RECURSOS NEGATIVAS:

O controle por fonte/destinação dos recursos foi realizado pela contabilidade do município em estrita observância a 9ª edição do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP). Este controle foi feito desde a elaboração do orçamento até sua execução, incluindo o ingresso, o comprometimento e a saída dos recursos orçamentários. O nosso sistema contábil efetuou além do registro da receita orçamentária e do respectivo ingresso de recursos financeiros, o lançamento, em contas de controle dos valores classificados nas fontes/destinação de recursos correspondentes (disponibilidade a utilizar), em obediência ao parágrafo único do art. 8º da Lei Complementar nº 101/2000. Na execução orçamentária da despesa, no momento do empenho, o nosso sistema contábil realizou a baixa do crédito disponível conforme fonte/destinação de recursos, registrando a transferência da disponibilidade de recursos para a disponibilidade de recursos comprometida. Na saída do recurso o nosso sistema contábil adotou procedimento semelhante, com o registro de baixa do saldo da conta de fonte/destinação comprometida e lançamento na fonte/destinação de recurso utilizada. No balanço financeiro, as receitas e despesas em nosso sistema contábil foram detalhadas de modo a evidenciar o controle contábil por fonte/destinação dos recursos, discriminando as fontes ordinárias das vinculadas de receitas e suas respectivas aplicações em despesas em obediência ao previsto no MCASP. Já no balanço patrimonial, nosso controle contábil evidenciou em quadro específico o quadro principal, quadro dos ativos e passivos financeiros e permanentes, quadro das contas de compensação e o quadro de superávit/déficit financeiro por fonte de recurso de forma segregada. Desta forma, fica evidente a existência de controle contábil por fonte/destinação de recursos conforme determinações da Lei Complementar nº 101/2000, bem como das regras estabelecidas no MCASP. Quanto ao gerenciamento da aplicação das fontes/destinação de recursos, cabe aos ordenadores de despesa, bem como os tesoueiros, seguir o controle por fonte de recursos existente e em seu gerenciamento diário, evitando o comprometimento de fontes de recursos. Ao setor contábil, cabe o registro dos atos e fatos realizados no período representando em suas demonstrações o que de fato ocorreu com o gerenciamento das fontes feitos pelos gestores. Quanto ao exercício de 2022, houve um déficit de R\$ -4.686.011,69, relativos as fontes: 01 - RECEITAS IMPOSTOS TRANSF DE IMPOSTOS – EDUCAÇÃO 02 - RECEITAS IMPOSTOS TRANSF DE IMPOSTOS – SAÚDE 03 - CONTRIBUIÇÃO PARA FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - RPPS (PATRONAL, SERVIDORES E COMPENSAÇÃO FINANCEIRA) 18 - TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB - (APLICAÇÃO NA REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA EM EFETIVO EXERCÍCIO – MÍNIMO 70%) 19 - TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB - (APLICAÇÃO EM OUTRAS DESPESAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA) 20 - TRANSFERÊNCIAS DA COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB – VAAT 33 - TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS - UNIÃO/SAÚDE 36 - SALÁRIO-EDUCAÇÃO 65 - TRANSF SISTEMA ÚNICO ASSIST SOCIAL - SUAS/ESTADO. Os valores negativos representam comprometimento da fonte de recursos com empenhamentos acima dos valores arrecadados, decorrentes dos mais variados fatores, alheios a orientação contábil, como por exemplo, atrasos nos repasses dos recursos pelos governos federal e/ou estadual, atendimento a situações emergenciais decorrentes de estado de calamidade e/ou emergência, não acompanhamento da programação orçamentária e financeira, dentre outros. Sugerimos na qualidade de consultoria contábil que o controle interno adote as medidas necessárias junto aos gestores e tesoueiros para a obediência as regras estabelecidas para o gerenciamento mensal das fontes/destinação de recursos.

d) OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES:

d.1. Passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos:

Não houve registro de passivos contingentes.

d.2. Divulgações não financeiras:

Não houve necessidade de divulgação de informações de natureza não financeiras tendo em vista as características da(s) entidade(s).

Documento Assinado Digitalmente por: JOSE WILSON FERREIRA DELIMA, JAIRO PEREIRA DA LUZ
Asses em: https://tce.tcece.pe.gov.br/ep/validaDoc.aspx?codigo_documento=4880064-908-4788-4702-104763186

BALANÇO PATRIMONIAL DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO
Demonstrações Contábeis Consolidadas



NOTAS EXPLICATIVAS

(De acordo com o item 6 e Anexos X e XIII da Resolução TCE-PE nº 190, de 14 de dezembro de 2022)

d.3.Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro:

Não houve registro de eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futuro das operações da(s) entidade(s).

d.4.Ajustes decorrentes da omissão e erros de registros:

Não houve ajustes decorrentes de omissões e erros de registro que mereçam apontamentos quanto a este balanço.

e) SALDOS SIGNIFICATIVOS DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA MANTIDOS, MAS QUE NÃO ESTEJAM DISPONÍVEIS PARA USO IMEDIATO POR RESTRIÇÕES LEGAIS OU CONTROLE CAMBIAL:

Não houve saldos significativos de caixa mantidos e não disponíveis para uso imediato por restrição legal ou controle cambial.

f) INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE TRANSAÇÕES DE INVESTIMENTOS E FINANCIAMENTOS QUE NÃO ENVOLVEM O USO DE CAIXA:

Não houve transações de investimentos e financiamento que não envolvem o uso de caixa.

g) DESCRIÇÃO DE AJUSTES RELACIONADOS ÀS RETENÇÕES, BEM COMO OUTRAS OPERAÇÕES QUE IMPACTEM SIGNIFICATIVAMENTE O BALANÇO PATRIMONIAL:

As retenções são consideradas como pagas no momento do pagamento, em contrapartida com contas do grupo extraorçamentários e apropriadas orçamentariamente para cada caso, não implicando em interferência no saldo em espécie que necessitem de eventuais ajustes. Ademais, não houve operações que impactem significativamente o BP e necessitem de ajustes.

h) INFORMAÇÕES ADICIONAIS EXIGIDAS PELO ANEXO X E XIII DA RESOLUÇÃO TCE-PE Nº 190/2022 E PELO ÍNDICE DE CONSISTÊNCIA E CONVERGÊNCIA CONTÁBIL (ICC) DO TCE-PE:

h.1.Estrutura e Apresentação das Demonstrações Contábeis:

Esta demonstração contábil atende as exigências do Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do TCE-PE, apresentando quadro principal dos ativos, incluindo na coluna do ativo: Ativo Circulante (caixa e equivalentes de caixa, créditos a curto prazo, demais créditos e valores a curto prazo, investimentos e aplicações temporárias a curto prazo, estoques, ativo não circulante mantido para venda e variações diminutivas pagas antecipadamente) e Ativo Não Circulante (Realizável a longo prazo, créditos a longo prazo, investimentos temporários a longo prazo, estoques, variações diminutivas pagas antecipadamente; Investimentos, Imobilizado e Intangível). No passivo este balanço apresenta quadro principal incluindo na coluna do passivo: Passivo Circulante (obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar de curto prazo, empréstimos e financiamentos a curto prazo, fornecedores e contas a pagar a curto prazo, obrigações fiscais a curto prazo, demais obrigações a curto prazo e provisões) e Passivo não Circulante (obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar de longo prazo, empréstimos e financiamentos a longo prazo, fornecedores e contas a pagar a longo prazo, obrigações fiscais a longo prazo, provisões a longo prazo, demais obrigações a longo prazo e resultado diferido). No quadro principal na coluna Patrimônio Líquido consta as contas mínimas de Capital Social e Resultados Acumulados. Em quadro específico são evidenciados os ativos e passivos financeiros e permanentes, além do saldo patrimonial. Ao final do balanço são evidenciados em quadro próprio as contas do sistema compensado ou de controle com destaque para os atos potenciais dos ativos e passivos. O balanço mostra também quadro próprio com o superávit/déficit financeiro com códigos, descrição e saldos das fontes de recursos, inclusive as que apresentam valores negativos. Neste demonstrativo constam colunas com os saldos do exercício anterior possibilitando a comparação de valores. Foram utilizados os atributos (P) para "Permanente" e (F) para "Financeiro" quanto as contas patrimoniais. Por fim, o demonstrativo apresenta consistência entre as contas filhas e mães dos grupos de contas.

h.2. Descrição de ajustes decorrentes de omissões e erros de anos anteriores ou de mudanças de critérios contábeis (Item I do Anexo XIII da Resolução TCE-PE nº 190/2022):

Não houve ajustes decorrentes de omissões ou erros de anos anteriores.

h.3.Ativos imobilizados obtidos a título gratuito (Item II do Anexo XIII da Resolução TCE-PE nº 190/2022):

Não houve bens recebidos por doação no exercício.

h.4.Transferência de Ativos (Item II do Anexo XIII da Resolução TCE-PE nº 190/2022):

Não houve transferência de ativos para outras entidades que ensejem registro na entidade de origem.

h.5.Ativos Intangíveis obtidos a título gratuito (Item III do Anexo XIII da Resolução TCE-PE nº 190/2022):

Não houve doação de ativos intangíveis no exercício.

h.6.Componentes patrimoniais avaliados por critérios distintos (Item IV do Anexo XIII da Resolução TCE-PE nº 190/2022):

Na mensuração dos bens do imobilizado foi utilizado um único critério de mensuração para toda a classe do ativo.

h.7.Detalhamento das Políticas de Ajustes, Depreciação, Amortização e Exaustão:

Os bens móveis e imóveis adquiridos no exercício foram registrados de forma sintética no patrimônio das entidades do município a custo histórico. Até o fechamento deste balanço o setor de patrimônio não disponibilizou as informações relativas a ajustes, depreciação, amortização e exaustão.

BALANÇO PATRIMONIAL DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO
Demonstrações Contábeis Consolidadas



NOTAS EXPLICATIVAS

(De acordo com o item 6 e Anexos X e XIII da Resolução TCE-PE nº 190, de 14 de dezembro de 2022)

Documento Assinado Digitalmente por: JOSE WILSON FERREIRA DELIMA, JAIRO PEREIRA DA LUZ
Assesse pnr: https://eccc.tce-pa.gov.br/pt/validarDoc.aspx?Codigo=documento-4b80c964-e90a-478b-af92-10f67eb31486

h.8.Relação de Provisões e Passivos Contingentes:	Não houve durante o exercício, relação de provisões e passivos contingentes inerentes ao mesmo fenômeno contábil.
h.9.Informações de Passivos Contingentes:	Não foram realizados registros de passivos contingentes que acarretem estimativa de seus efeitos financeiros, indicação de incerteza em relação à periodicidade de saída, bem como da possibilidade de algum reembolso.
h.10.Perdas da Dívida Ativa (NBC T SP 03 – item 97 e 98):	Não foram registrados valores de perdas da dívida ativa durante o exercício.
h.11.Informações adicionais (NBC T SP 01 – Item 106):	Não houve situações relativas a passivos reconhecidos sujeitos a transferência de ativos, ou empréstimos subsidiados, bem como não houve ativos reconhecidos sujeitos a restrições ou recebimentos antecipados em relação a transações sem contraprestação. Não houve registro de passivos perdoados.
h.12.Probabilidade de Benefícios Econômicos ou Potencial de Serviços (NBC T SP 03 – Item 105):	Não houve entradas de benefícios econômicos ou potencial de serviços prováveis que se sujeitem a estimativas financeiras de recebimentos.
h.13.Avaliações Externas de Mensuração de Provisões (NBC T SP 03 – Item 103):	Foi realizada avaliação externa para mensuração das provisões de ordem atuarial pelo Atuário contratado pelo RPPS destacado acima na avaliação atuarial.
h.14.Teste de Imparidade (Impairment) (MCASP 9ª Edição):	Não houve a realização de testes de imparidade de ativos com interrupção do poder de geração de caixa.
h.15. Ganhos e Perdas decorrentes de Baixas no Imobilizado:	Até o fechamento deste balanço o setor de patrimônio não disponibilizou informações inerentes a ganhos ou perdas decorrentes de baixas no imobilizado.
h.16. Passivos reconhecidos referentes a Ativos Transferidos (NBC T SP 01 – Item 106):	Não houve passivos reconhecidos referentes a ativos transferidos.
h.17. Passivos reconhecidos em relação a Empréstimos Subsidiados (NBC T SP 01 – Item 106):	Não houve passivos reconhecidos em relação aos empréstimos subsidiados que estão sujeitos a condições sobre os ativos transferidos.
h. 18. Ativos reconhecidos que estão sujeitos a Restrições e a Natureza de tais Restrições (NBC T SP 01 – Item 106):	Não há ativos reconhecidos que estão sujeitos a restrições.
h. 19. Recebimentos Antecipados em relação a Transações sem Contraprestação (NBC T SP 01 – Item 106):	Não houve recebimentos antecipados em relação a transações sem contraprestação.
h. 20. Passivos Perdoados (NBC T SP 01 – Item 106):	Não houve passivos perdoados durante o exercício.
h. 21. Heranças, Presentes e Doações (NBC T SP 01 – Item 107):	Não houve heranças presentes e doações no exercício de 2022.
h. 22. Ativos Contingentes (NBC T SP 03 – Item 105):	Não houve ativos contingentes com entrada de benefícios econômicos ou potenciais de serviços.
h. 23. Avaliação Externa das Provisões (NBC T SP 03 – Item 103):	As provisões matemáticas foram realizadas pelo atuário Sr. Havila Donnelly. MIBA nº 1.226 descrito acima no cálculo atuarial.
h. 24 TESTE DE IMPARIDADE (IMPAIRMENT):	Não houve teste de imparidade durante o exercício.

i) PLANO DE IMPLANTAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS (PIPCP) CONFORME PORTARIA STN Nº 548/2015:

Para este município estão sendo utilizados os prazos mais restritivos estabelecidos pela Portaria STN nº 548/2015, para cidades acima de 50.000 habitantes.

i.1. Demonstrativo de implantação das novas regras contábeis aplicadas ao setor público (Poder Executivo e demais entidades da administração direta e indireta):				
PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ORÇAMENTÁRIOS – PARTE I DO MCASP				
Ação	Adoção de Procedimentos Contábeis Orçamentários			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário (a) de Finanças/Fazenda	31/12/2017	Concluído
PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS – PARTE II DO MCASP				
Ação	1. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos oriundos de receitas tributárias e de contribuições (exceto créditos previdenciários), bem como dos respectivos encargos, multas, ajustes para perdas e registro de obrigações relacionadas à repartição de receita.			

BALANÇO PATRIMONIAL DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO
Demonstrações Contábeis Consolidadas



NOTAS EXPLICATIVAS

(De acordo com o item 6 e Anexos X e XIII da Resolução TCE-PE nº 190, de 14 de dezembro de 2022)

Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário (a) de Finanças/Fazenda	01/01/2021	Em andamento
Ação	2. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos previdenciários, bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.			
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário (a) de Finanças/Fazenda	01/01/2021	Concluído
Ação	3. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais créditos a receber, (exceto créditos tributários, previdenciários e de contribuições a receber), bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.			
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário (a) de Finanças/Fazenda	01/01/2018	Concluído
Ação	4. Reconhecimento, mensuração e evidenciação da Dívida Ativa, tributária e não-tributária, e respectivo ajuste para perdas.			
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário (a) de Finanças/Fazenda	Imediato	Concluído
Ação	5. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações e provisões por competência.			
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário (a) de Finanças/Fazenda	01/01/2020	Concluído
Ação	6. Evidenciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle e em notas explicativas.			
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário (a) de Finanças/Fazenda	01/01/2020	Concluído
Ação	7. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (exceto bens do patrimônio cultural e de infraestrutura).			
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário (a) de Finanças/Fazenda	01/01/2020	Em andamento
Ação	8. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens de infraestrutura; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável.			
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário (a) de Finanças/Fazenda	01/01/2023	Em andamento
Ação	9. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens do patrimônio cultural; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (quando passível de registro segundo IPSAS, NBC TSP e MCASP).			
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário (a) de Finanças/Fazenda	01/01/2023	Em andamento
Ação	10. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de empréstimos, financiamentos e dívidas contratuais e mobiliárias.			
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário (a) de Finanças/Fazenda	01/01/2020	Concluído
Ação	11. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados (ex.: 13º salário, férias, etc).			
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário (a) de Finanças/Fazenda	01/01/2018	Concluído
Ação	12. Reconhecimento, mensuração e provisão atuarial do regime próprio de previdência dos servidores públicos civis e militares.			
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário (a) de Finanças/Fazenda	Imediato	Concluído
Ação	13. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações com fornecedores por competência.			

BALANÇO PATRIMONIAL DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO
Demonstrações Contábeis Consolidadas



NOTAS EXPLICATIVAS

(De acordo com o item 6 e Anexos X e XIII da Resolução TCE-PE nº 190, de 14 de dezembro de 2022)

Documento Assinado Digitalmente por: JOSE WILSON FERREIRA DELIMA, JAIRO PEREIRA DA LUZ
Asses em: https://tce.pe.gov.br/ep/validaDoc.seam Código do documento: 4b80c064-e90a-478b-a702-10f47eb31a86

Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário (a) de Finanças/Fazenda	01/01/2016	Concluído
Ação	14. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das demais obrigações por competência.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário (a) de Finanças/Fazenda	A ser definido em ato normativo específico da STN.	Concluído
Ação	15. Reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortizações, reavaliações e redução ao valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário (a) de Finanças/Fazenda	01/01/2021	Em andamento
Ação	16. Outros ativos intangíveis e eventuais amortizações e reduções a valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário (a) de Finanças/Fazenda	A ser definido em ato normativo específico da STN.	Concluído
Ação	17. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos investimentos permanentes, e respectivos ajustes para perdas e redução ao valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário (a) de Finanças/Fazenda	01/01/2020	Concluído
Ação	18. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos estoques.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário (a) de Finanças/Fazenda	01/01/2022	Em andamento
Ação	19. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais aspectos referentes aos procedimentos patrimoniais estabelecidos nas IPSAS, NBC TSP e MCASP.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário (a) de Finanças/Fazenda	A ser definido em ato normativo específico da STN.	Concluído

PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ESPECÍFICOS – PARTE III DO MCASP				
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – FUNDEB.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário (a) de Finanças/Fazenda	Imediato	Concluído
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – OPERAÇÕES DE CRÉDITO.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário (a) de Finanças/Fazenda	Imediato	Concluído
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário (a) de Finanças/Fazenda	Imediato	Concluído
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – DÍVIDA ATIVA.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário (a) de Finanças/Fazenda	Imediato	Concluído
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – PRECATÓRIOS.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário (a) de Finanças/Fazenda	Imediato	Concluído
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – CONSÓRCIOS.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário (a) de Finanças/Fazenda	Imediato	Concluído

BALANÇO PATRIMONIAL DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO
Demonstrações Contábeis Consolidadas



NOTAS EXPLICATIVAS

(De acordo com o item 6 e Anexos X e XIII da Resolução TCE-PE nº 190, de 14 de dezembro de 2022)

Documento Assinado Digitalmente por: JOSE WILSON FERREIRA DELIMA, JAIRO PEREIRA DA LUZ
Asses em: https://tce.pe.gov.br/ep/validaDoc.seam Código do documento: 4b80c064-e90a-478b-a702-10f47eb31a86

PLANO DE CONTAS APLICADO AO SETOR PÚBLICO – PARTE IV DO MCASP				
Ação	Adoção de Procedimentos Contábeis Orçamentários			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Evidenciação das demonstrações contábeis com a “Nova” estrutura do MCASP.	Secretário (a) de Finanças/Fazenda	Imediato	Concluído

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO – PARTE V DO MCASP				
Ação	Adoção de Procedimentos Contábeis Orçamentários			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Evidenciação das demonstrações contábeis com a “Nova” estrutura do MCASP.	Secretário (a) de Finanças/Fazenda	Imediato	Concluído

Os procedimentos contábeis orçamentários estão sendo realizados pelo Poder Executivo conforme Parte I do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP) da Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

JOSE WILSON
FERREIRA DE
LIMA:62365851487
Assinado de forma digital por JOSE WILSON FERREIRA DE LIMA:62365851487
Dados: 2023.03.30 12:24:23 -03'00'

JOSÉ WILSON FERREIRA DE LIMA
Prefeito

JAIRO PEREIRA DA
LUZ:06289356410
Assinado de forma digital por JAIRO PEREIRA DA LUZ:06289356410
Dados: 2023.03.30 12:24:42 -03'00'

JAIRO PEREIRA DA LUZ
Contador
CRC-PE Nº 027230/O-0